



Anais da Assembléia

Nº 138

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 10:** Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Jocelito Canto.

Ato da Comissão Executiva:

EMENDA N° 03 A
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulga nos termos do § 3°, do Art. 64, da Constituição Estadual a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Fica suprimida do § 7°, do Art. 179, da Constituição do Estado do Paraná, a seguinte expressão:

"Até o limite de dez por cento, devendo a despesa excedente ser financiada, com outros recursos orçamentários".

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 17.10.95

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1° Secretário

NELSON GARCIA

2° Secretário

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emerson Neroni, José Marcos Alves e Reny Borsatto (03)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n° 390/95, do Sr. Cássio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Anteprojeto de Lei do Orçamento de 1996, para serem substituídas. Ao Conhecimento da Casa.

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1° - O art. 35 da Constituição Estadual fica acrescido de quatro parágrafos, que serão o 6° 7°, o 8° e o 9°, com a seguinte redação:

"§ 6° - As aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais, inclusive membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, serão custeados com recursos provenientes do Tesouro do Estado e das contribuições dos servidores e pensionistas, na forma da lei.

§ 7° - As aposentadorias e pensões dos servidores das autarquias estaduais das instituições correspondentes e das fundações públicas serão custeadas com recursos provenientes das próprias instituições e das contribuições de seus serviços, na forma da lei.

§ 8° - Na hipótese do § anterior, caso a entidade não possua fonte própria de receita ou esta seja insuficiente, os recursos necessários poderão ser complementados pelo Tesouro do Estado, na forma da lei.

§ 9° - Os Poderes Legislativo e Judiciário, em obediência à parte final do § 6°, poderão, por meio de lei de sua iniciativa, criar organismos próprios de previdência social ou aderir ao Fundo a ser criado pelo Poder Executivo."

Art. 2° - Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95

(a) EDUARDO TREVISAN

Apoio: Carlos Simões, Jocelito Canto, Antonio Belinati, Beto Richa,

Élio Rusch, Cezar Silvestri, César Seleme, Antonio Annibelli, Toti Colaço, João Techy, Edson Silva Lino, Geraldo Cartário, Péricles de Mello, Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Walmor Trentini, José Tavares, Basílio Zanusso, Edgard Bueno.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Emenda Constitucional em exame fundamenta-se no fato de que o atual sistema de aposentadoria e pensões dos servidores públicos apresenta um quadro extremamente crítico, representado pelo progressivo crescimento dos compromissos do Tesouro Estadual com o pagamento dos inativos e pensionistas.

A Emenda objetiva propiciar ao Governo do Estado as condições para fazer frente, no presente e no futuro, a um problema que, a médio prazo, tende a assumir características preocupantes, no que se refere ao comprometimento das finanças estaduais.

Os funcionários públicos estaduais da administração direta, das autarquias e fundações de direito público, têm assegurada, por dispositivo constitucional, a percepção de proventos integrais iguais aos vencimentos que cada um receberia se estivesse na ativa.

O benefício da aposentadoria dos funcionários públicos estaduais, diferentemente do que ocorre no setor privado, está ao desamparo em relação às contribuições dos funcionários e do próprio Tesouro Estadual. A contribuição previdenciária, na base de 10% sobre o salário de cada servidor, passa a integrar a massa de recursos do Tesouro, sem distinção específica, e sem a contrapartida do próprio Tesouro.

As aposentadorias se constituem hoje, integralmente, em encargos do Tesouro. Esse aspecto poderia ser desprezível há tempos passados, quando os inativos representavam um número percentual muito pequeno de servidores, e quando o ser funcionário representa verdadeiro estamento social de grau muito elevado. No entanto, o rápido crescimento do contingente de inativos, motivado pela facilidade das aposentadorias precoces, pela elevação geral da expectativa de vida da população, pelo aviltamento de algumas funções públicas, conduziu à forte expansão do universo de inativos e pensionistas.

Na atualidade, o Estado se viu na contingência de admitir um número cada vez menor de servidores, forçado pelas restrições nas próprias finanças. Por outro lado, com as vantagens concedidas pela Constituição de 1988 aos inativos, principalmente na questão da vinculação dos proventos aos vencimentos do pessoal da ativa, verificou-se o desenvolvimento de uma tendência de características alarmantes,

qual seja, o crescimento proporcional do quadro de ativos, e, em decorrência disso, o agigantamento do percentual da folha destinado exclusivamente aos inativos.

Só para se tomar um dado concreto; no ano de 1984, onze anos atrás, havia um universo de 20 magistrados aposentados, para mais de 200 juizes na ativa. Havia em torno de 10% de juizes inativos, na folha de pagamento da magistratura.

Hoje, para 434 magistrados em atividade (Desembargadores, Juizes do Alçada, Juizes da Capital e Juizes do Interior), existem 189 magistrados aposentados. Precisamente 43% de todo o universo de magistrados são juizes aposentados.

Tomou-se como exemplo a magistratura simplesmente porque seu contingente é pequeno. Sabe-se, também, que há muitos juizes em condições de se aposentar, mas que continuam a se dedicar ao "munus" público.

Se tomarmos o setor do magisterio, esses dados serão tanto mais alarmantes quando se sabe que o tempo de serviço exigido de uma professora é menor, e que não há quase nenhum incentivo para permanecer no cargo após vencido o tempo mínimo para a aposentação.

A presente emenda não altera qualquer projeção futura relativa à reforma da Constituição Federal, na parte da Previdência. Sabe-se que uma das possibilidades é que haja modificação nos critérios de idade e tempo de serviço regulares a aposentação. Ora, qualquer que seja a idade para um servidor se aposentar, e exista ou não a hipótese de aposentação por tempo de serviço, haverá necessidade de se destinar verba específica para os inativos e pensionistas.

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 3071**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.10.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.10.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

mo de 20 (vinte).

REQUERIMENTO N° 3086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comunica, ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa de Leis e ao douto Plenário, seu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, a partir do dia 10 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Art. 3° - Fica vedada, a qualquer tempo, a reconstrução do funcionário ou servidor que aderiram ao programa de demissão voluntária.

Art. 4° - No caso de servidor ou funcionário contratado pelo Regime CLT a demissão se processará obedecendo suas normas, garantindo-se o incentivo proposto no artigo 2°.

Art. 5° - Fica expressamente proibido qualquer tipo de constrangimento visando pressionar o funcionário ou servidor a aderir ao programa especial de demissão voluntária.

§ 1° - O Poder Executivo nomeará Comissão composta de 03 (três) membros, sendo um deles Promotor de Justiça indicado pela Procuradoria de Justiça do Estado, visando apurar eventuais denúncias de constrangimento.

§ 2° - Recebida a denúncia, a Comissão instalará inquérito administrativo, num prazo de 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, assegurada ampla defesa.

§ 3° - Comprovada a denúncia o autor será demitido a bem do serviço público, e responsabilizado criminalmente pelos danos.

Art. 6° - Excluem-se do presente plano os ocupantes de cargos em comissão.

Art. 7° - O Poder Executivo poderá adotar ainda outros benefícios que incentivem a demissão voluntária.

Art. 8° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Nação brasileira assiste importante debate sobre a estabilidade funcional no setor público que é garantida pela Constituição de 1988. Sem nenhuma dúvida, consideramos este debate o mais importante que se trava nas relações entre o servidor público e o Estado e, temos a certeza, que será encontrado um caminho que resguarde os interesses do servidor público e ao mesmo tempo, permita maior flexibilização no referente à administração dos recursos humanos.

Dentre as alternativas que possam atender os interesses dos servidores e do Estado, estamos apresentando à deliberação do douto Plenário da Assembleia Legislativa do Estado, projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a implantar programa especial de demissão voluntária,

PROJETO DE LEI N° 418/95

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada "Rodovia do Calcário" a Rodovia PR-517, que liga Colombo a Almirante Tamandaré.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Após ampla pesquisa entre os moradores dos Municípios de Colombo e Almirante Tamandaré, chegou-se à conclusão que o melhor nome para designar a estrada é Rodovia do Calcário, por ser o mesmo uma das tradicionais atividades dos municípios.

Justifica-se o pedido, em virtude da mesma ser reconhecida por vários nomes, sendo nenhum oficial.

No entanto, tal denominação se faz necessária para melhor localização dos que por ali trafegam.

PROJETO DE LEI N° 419/95

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a implantar no âmbito da administração direta e indireta, programa especial de demissão voluntária para os funcionários e servidores públicos.

Parágrafo Único - O programa terá duração de 01 (um) ano a partir da publicação desta lei.

Art. 2° - O Poder Executivo e os órgãos da administração direta e indireta oferecerão como incentivo ao pedido de demissão voluntária o valor de até 01 (um) salário nominal por ano trabalhado, aos funcionários ou servidores, no valor máxi-

concedendo vantagens de salários nominais aos que aderirem ao mesmo, viabilizando o seu retorno à iniciativa privada.

O projeto coíbe qualquer tipo de constrangimento da parte de autoridades superiores que intentem prejudicar a boa ação e o ato da vontade livre e soberana.

A nosso ver, a aprovação deste projeto de lei fará com que os interessados por uma política de recursos humanos para o setor público não se equivoquem em meras discussões inócuas. O mais importante, e que inclusive fez com que apresentássemos tal proposição, é a busca do papel do Estado em alternativas que solucionem seus problemas.

PROJETO DE LEI N° 420/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, com sede no município do mesmo nome, cuja região será o resultado do desmembramento da Região Administrativa de Cascavel, sendo integrada pelos seguintes Municípios:

- Santa Helena
- Foz do Iguaçu (sede)
- Santa Terezinha do Itaipu
- São Miguel do Iguaçu
- Medianeira
- Missal
- Matelândia
- Itaipulândia
- Ramilândia
- Diamante do Oeste

Art. 2° - A implantação da Região Administrativa de Foz do Iguaçu, dar-se-á 90 (noventa) dias após a publicação da presente lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Buscando criar facilidades para as ações do Governo do Estado, junto à população dos municípios desmembrados da Região Administrativa de Cascavel, é que estamos propondo a criação da Região Administrativa de Foz do Iguaçu. Vivemos momentos de busca de alternativas econômicas para os municípios tão sacrificados com o custo de sua manutenção, por isso acreditamos que poderemos ter uma fórmula mais econômica para o deslocamento de contribuintes e usuários de órgãos estatais, e facilitando o seu acesso.

A razão de propor Foz do Iguaçu para sua sede, abrange alguns aspectos, quais sejam:

- a) É o segundo Município da Região Oeste, com aproximadamente 230.000 habitantes e mais de 100.000 eleitores;
- b) É o primeiro Polo de atração turística do Paraná e segundo do Brasil, com mais de 8 milhões de visitantes/ano.
- c) É considerada a Porta de Entrada do MERCOSUL, pela sua condição geográfica;
- d) É a segunda arrecadação do ICMS no Oeste e oitava no Estado, com previsão de passar ao primeiro lugar no oeste e terceira do Estado;
- e) A maioria dos municípios que integrarão a nova Região Administrativa, margeia o Lago de Itaipu, e tem problemas comuns, o que torna mais fácil a busca de soluções;
- f) e, finalmente, Foz já possui órgãos regionais da Administração Estadual, tais como: CIRETRAN, Regional de Saúde, Núcleo Regional de Educação, Escritório de várias Secretarias de Estado, como: Justiça, Trabalho, Turismo, IPE, DER, 14° Batalhão da Polícia Militar, Comarca de Entrância Final, Junta de Conciliação e Julgamento, Jurisdição da Justiça Federal e outros.

Por essas informações, creio, estar justificada a indicação de Foz do Iguaçu para a sede da nova Região Administrativa.

PROJETO DE LEI N° 421/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Funcionários e Amigos da Polícia Civil de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Funcionários e Amigos da Polícia Civil de Ponta Grossa, é uma entidade sem fins lucrativos, destinada a assistência social, bem como, de caráter cultural e recreativo. Promove igualmente de forma regular e periódica reuniões com a participação de representantes dos vários segmentos da sociedade local, procurando assim um melhor entrosamento entre a Instituição Policial Civil e a comunidade.

A entidade mantém escolinhas de futebol suíço, salão, tênis de mesa e informática, reunindo em suas atividades de forma regular e periódica, filhos de associados e menores carentes da sociedade local.

PROJETO DE LEI N° 422/95
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro de Nutrição Infantil, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) SÂMS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Nutrição Infantil, de Foz do Iguaçu, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade desenvolver atividades objetivando a diminuição da mortalidade de crianças na faixa de 0 a 3 anos de idade, decorrente da desnutrição.

A documentação anexa ao presente demonstra que a mesma preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994, de 10/01/78, reguladora da matéria, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres Pares desta Casa à aprovação da proposição em apreço.

PROJETO DE LEI Nº 423/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, para dar cumprimento ao disposto nos parágrafos 6º, 7º e 8º, do Art. 35 da Constituição Estadual, autorizado a estabelecer, em relação aos servidores do Poder Executivo, Membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, servidores das autarquias estaduais e das fundações públicas, e seus dependentes, um plano de previdência e pensão.

Art. 2º - Criado o Plano a que se refere o Art. 1º desta Lei, fica revogada a Lei nº 10.464, de 5 de outubro de 1993, voltando a existir o Fundo de Previdência do Estado, com o nome do Fundo Autônomo de Previdência do Estado - FAPE, e passando a Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, a vigor com a seguinte redação:

TÍTULO I

Da Previdência Social aos Servidores
Públicos Estaduais

CAPÍTULO I

Do Plano de Previdência

Art. 1º - O Estado do Paraná promoverá a previdência social de seus servidores e respectivos dependentes, mediante a contribuição que assegure meios indispensáveis para a manutenção dos benefícios previdenciários.

Art. 2º - A Previdência Social do servidor estadual abrange:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez permanente;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária;
- e) aposentadoria por tempo de serviço.

II - Quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio reclusão.

Art. 3º - Para os fins previstos no artigo anterior, fica criado Fundo Autônomo de Previdência do Estado, a ser constituído e gerido na forma estabelecida por esta Lei.

Art. 4º - Os recursos alocados ao Fundo Autônomo de Previdência do Estado não serão utilizados para outra finalidade que não a do custeio total da previdência social ao servidor, sob pena de ser responsabilizado, na forma da lei, quem assim o autorizar, permitido o uso de 2% de sua arrecadação à administração do próprio fundo.

CAPÍTULO II
Dos Beneficiários

Art. 5º - Os beneficiários da previdência social de que trata esta lei classificam-se como segurados e dependentes nos termos das Seções I e II deste Capítulo.

SEÇÃO I
Dos Segurados

Art. 6º - São segurados obrigatórios do Regime de Previdência Social estabelecido por esta lei:

I - Na qualidade de ativos, os servidores civis e militares da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e os ocupantes de cargo em Comissão quando servidores públicos.

II - Na qualidade de inativos, todos os aposentados civis do Estado regidos pelo Estatuto do Servidor Público Estadual, os militares reformados ou na reserva remunerada e os integrantes de carreira com legislação específica;

III - Na qualidade de pensionistas, o conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, observado o disposto no Art. 8 e seus parágrafos.

Parágrafo Único - Os Poderes Legislativo e Judiciário, por meio de mensagens e projetos de sua iniciativa, poderão criar Fundo Autônomo de Previdência, no âmbito de suas relações e para aplicação a seus membros e servidores, incluindo os serven-

tuários da justiça remunerados pelos cofres públicos, e excluídos os Deputados Estaduais, ou aderir a este plano e ao Fundo Autônomo criado para a Previdência do Poder Executivo.

Art. 7º - Não será admitido segurado em caráter facultativo, observado o disposto no Art. 48, Parágrafo Único.

SEÇÃO II

Dos Dependentes

Art. 8º - São beneficiários do Regime de Previdência Social estabelecido por esta lei, na condição de dependentes do segurado, respeitados os direitos adquiridos.

I - O cônjuge, o companheiro e o filho menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

II - Os pais;

III - O irmão, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;

IV - A pessoa designada, menor de 21 (vinte e um) ou maior de 65 (sessenta e cinco) anos ou inválida.

§ 1º - A existência de dependentes de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações das classes seguintes.

§ 2º - Equiparam-se o filho, nas condições do inciso I, mediante declaração do segurado: o enteado, o menor que, por determinação judicial, esteja sob a sua guarda, e o menor que esteja sob sua tutela e não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que: sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou segurada, desde que verificada a coabitação em regime marital.

§ 4º - Para os efeitos do § 3º deste artigo, não será computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre o segurado e outra pessoa, desde que não se tenha verificado o fim do vínculo matrimonial.

§ 5º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§ 6º - Considera-se justificada a dependência econômica das pessoas de menoridade ou de idade avançada, bem como das doentes ou inválidas, que, sem recursos, vivam às expensas do segurado ou que coabitem por lapso de tempo superior a 2 (dois) anos consecutivos.

§ 7º - São consideradas pessoas sem recursos, para os fins desta Lei, aquelas, cujos rendimentos brutos mensais seja, inferiores ao salário mínimo vigente.

§ 8º - São consideradas dependentes, para os efeitos desta Lei, as pessoas de idade inferior a 25 (vinte e cinco) anos

que estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido.

Art. 9º - Os meios de comprovação da dependência econômica serão regulados em Decreto.

SEÇÃO III

Das Inscrições

Art. 10 - O segurado será inscrito obrigatoriamente, como beneficiário da previdência social instituída por esta lei.

§ 1º - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 2º - O cancelamento da inscrição do cônjuge se processa em face de separação judicial ou divórcio sem direito a alimentos, certidão de anulação de casamento, certidão de óbito ou sentença transitada em julgado.

SEÇÃO IV

Das Disposições Gerais Relativas às Prestações

Art. 11 - O segurado em gozo de aposentadoria por invalidez permanente e o pensionista inválido, enquanto não completarem 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, estão obrigados, sob pena de suspensão do benefício, a se submeterem periodicamente a exame médico a cargo de junta oficial do Estado, para efeito de comprovarem se persiste a causa determinante da invalidez.

Art. 12 - Sem prejuízo do benefício, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

Art. 13 - O benefício será pago diretamente ao beneficiário, salvo em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando será pago ao procurador cujo mandato não terá prazo superior a 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Art. 14 - O benefício devido ao segurado ou dependente, civilmente incapaz, será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

Art. 15 - O valor não recebido em vida pelo segurado só será pago aos seus depen-

dentes habilitados à pensão por morte ou, na falta deles, aos seus sucessores, na forma da Lei Civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 16 - O benefício poderá ser pago mediante depósito em conta corrente ou por autorização de pagamento.

Art. 17 - Será fornecido, mensalmente, ao segurado ou pensionista, demonstrativo das importâncias recebidas, bem como o valor discriminado de todos os descontos ocorridos.

Art. 18 - Salvo quanto ao valor devido ao Fundo de Previdência do Estado ou derivado da obrigação de prestar alimentos reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, vem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

Art. 19 - Podem ser descontados dos benefícios:

I - contribuições devidas pelo segurado ao Fundo de Previdência do Estado;

II - pagamento de benefício além do devido;

III - imposto de renda retido na fonte, ressalvadas as disposições legais;

IV - pensão de alimentos decretada em sentença judicial.

§ 1º - Na hipótese do inciso II, o desconto será feito em até 06 (seis) parcelas, salvo má-fé, observadas as disposições do Art. 162 e seus parágrafos, da Lei Estadual nº 6.174, de 6 de novembro de 1970.

§ 2º - O número de parcelas poderá ser aumentado acima de 06 (seis) para permitir que cada uma delas não exceda a 20% (vinte por cento) do valor do benefício, conforme acordo entre o servidor e a administração.

Art. 20 - Os proventos da aposentadoria e a remuneração dos pensionistas serão revistos, na mesma proporção e data, sempre que se modificar a dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos mesmos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 21 - Por ausência do segurado, declarada pela autoridade judiciária competente, será concedida pensão provisória aos dependentes.

§ 1º - Os dependentes de segurado de-

saparecido em virtude de acidente ou catástrofe, farão jus à pensão provisória, dispensada a declaração a que se refere este artigo, mediante prova inequívoca analisada pelo Conselho Curador.

§ 2º - Verificado o reaparecimento do segurado, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os benefícios de reembolso de quaisquer quantias já recebidas.

Art. 22 - Excetuado o caso de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições.

Art. 23 - Mediante justificação processada perante a Secretaria de Estado da Administração, poderá suprir-se a falta de qualquer documento ou fazer-se prova de fato de interesse dos beneficiários, salvo os que se referirem a registros públicos.

Art. 24 - Nenhum dos benefícios previstos nesta lei terá valor inferior a um salário mínimo.

Art. 25 - O décimo-terceiro salário será concedido, em valor igual ao do mês de dezembro, às aposentadorias e pensões e sobre ambas deverá incidir a contribuição correspondente.

TÍTULO II

Do Custeio da Previdência Social

CAPÍTULO I

Do Plano de Custeio

Art. 26 - A previdência social estabelecida por esta lei será financiada mediante recursos designados e contribuições do Estado, dos segurados e pensionistas.

Art. 27 - A receita, as rendas e o resultado de aplicações dos recursos disponíveis do Fundo Autônomo serão empregados, exclusivamente, na consecução das finalidades previstas nesta lei, na manutenção ou aumento do valor real do seu patrimônio e na obtenção de recursos destinados ao custeio de suas atividades-fins.

§ 1º - Parte da receita, não excedente de 2%, poderá ser utilizada na administração do Fundo Autônomo.

§ 2º - A percentagem destinada à administração, será calculada exclusivamente sobre o montante mensal efetivamente recolhido, relativo à receita prevista nos artigos 29 e 31, excluindo-se, portanto, aquelas previstas no art. 33, incisos II e VI.

Art. 28 - Para os efeitos desta lei entendem-se por base de contribuição:

I - Os proventos de aposentadoria, no

caso do segurado inativo;

II - O valor bruto da remuneração recebida no decorrer do mês, exceto o salário família e indenizações, quando segurado ativo;

III - O valor da pensão, no caso de pensionista;

IV - O valor bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, exceto os pagos a título de salário família e indenizações, bem como os valores creditados em folha de pagamento que tenham como consequência a contribuição ou obrigação para outro sistema previdenciário, no caso do Estado.

§ 1º - As bases de contribuição não poderão ter valor inferior ao salário mínimo.

§ 2º - No caso de acumulação legal, a contribuição será calculada sobre a soma da base de contribuição.

CAPÍTULO II

Da Contribuição do Estado

Art. 29 - A contribuição do Estado é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre o valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, observada a ressalva contida no inciso IV do artigo 28.

Art. 30 - A contribuição será recolhida mensalmente ao Fundo Autônomo de Previdência do Estado, até o quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

§ 1º - Decorrido o prazo referido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão a atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento.

§ 2º - Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem repasse, pelo Estado, de sua contribuição, o Gerente do Fundo Autônomo ingressará com medida judicial junto a uma das Varas da Fazenda Pública, para cobrança do débito, podendo a juiz, neste caso, liminarmente, conceder o sequestro de recursos do Tesouro Estadual, ou aplicar o art. 273 do Código do Processo Civil.

CAPÍTULO III

Da Contribuição dos Segurados

Art. 31 - A contribuição dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas será de 10% (dez por cento) da base de contribuição, prevista no art. 28.

Art. 32 - A contribuição dos segurados será descontada compulsoriamente pelos setores encarregados do pagamento do pessoal, e recolhida ao Fundo Autônomo de Previdência do Estado até o quinto dia útil subsequente ao mês de competência.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo referido neste artigo, as contribuições a serem repassadas sujeitar-se-ão a atualização monetária segundo os mesmos índices utilizados para efeito de correção dos tributos estaduais, sem prejuízo dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre os valores integrais das contribuições atualizadas monetariamente até a data do pagamento, aplicando-se o disposto no § 2º do artigo 30.

CAPÍTULO IV

Das Receitas e Outras Fontes

Art. 33 - Além das contribuições de que tratam os artigos 29 e 34, constituem receitas do Fundo de Previdência do Estado:

- I - dotações orçamentárias;
- II - aluguéis de imóveis;
- III - produto da alienação de bens imóveis e móveis;
- IV - legados, doações e quaisquer outros recursos de entes públicos ou privados;
- V - receitas de aplicações financeiras e societárias;
- VI - rendas eventuais.

Art. 34 - O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Contas e o Procurador Geral de Justiça, serão responsabilizados na forma da lei, caso o recolhimento das contribuições próprias e de terceiros não ocorram nas datas e condições desta lei.

§ 1º - Todo segurado, dependente ou entidade sindical representativa dos servidores públicos estaduais, detém a legitimidade ativa para requerer em juízo a prestação de contas por parte dos gerentes do Fundo Autônomo de Previdência e para cobrar do Estado a sua parcela de contribuição em favor do Fundo Autônomo, caso no prazo dos Arts. 30, parágrafo 2º e 32, parágrafo único, o próprio gerente não o faça.

§ 2º - Da mesma forma, será responsabilizado o Gerente do Fundo Autônomo, no caso de omissão com relação às providências para o recebimento das contribuições.

§ 3º - Aos Presidentes do Tribunal de Justiça e da Assembléia Legislativa se aplicará a disposição deste artigo, no caso de adesão ao Fundo Autônomo por parte desses Poderes.

CAPÍTULO V

Da Gerência do Fundo Autônomo de Previdência

Art. 35 - O Fundo Autônomo de Previdência do Estado será gerido:

I - na instância deliberativa, por um Conselho Curador,

II - na instância executiva, por um Gerente Geral, um Secretário Executivo e um Tesoureiro.

Art. 36 - O Conselho Curador será composto por sete membros e seus suplentes, escolhidos dentre servidores ativos e inativos, da seguinte forma:

I - 01 (um) pelo Governador do Estado;

II - 01 (um) pelo Procurador Geral da Justiça;

III - 01 (um) pelo Presidente do Tribunal de Contas;

IV - 04 (quatro) pelos Sindicatos de Servidores Públicos Estaduais.

§ 1º - Cada Conselheiro será indicado para um mandato de 2 (dois) anos;

§ 2º - É admitida uma recondução consecutiva, não podendo o Conselheiro participar do Conselho por mais de três mandatos;

§ 3º - Qualquer dos membros do Conselho Curador será substituído, a qualquer tempo, por iniciativa fundamentada do titular da indicação, mediante ato do Governador do Estado.

§ 4º - O Presidente e o vice-Presidente do Conselho serão escolhidos mediante eleição procedida pelo próprio Conselho.

§ 5º - Os quatro representantes dos Sindicatos serão após eleição promovida pelo conjunto das entidades representativas.

§ 6º - No caso de o Conselheiro ser funcionário em atividade, ficará dispensado da metade de sua jornada de trabalho na repartição de origem.

§ 7º - Aderindo o Poder Judiciário e o Poder Legislativo ao Plano, o número de Curadores fica aumentado para 09 (nove), cabendo ao Presidente de cada um desses Poderes indicar o representante e respectivo suplente; no caso, porém de que somente um desses poderes adira ao plano, o número de Conselheiros ficará fixado em 09 (nove), aumentando-se a responsabilidade sindical para 05 (cinco).

§ 8º - As categorias funcionais que não tenham sindicato se farão representar por suas respectivas associações de classe.

Art. 37 - Compete ao Conselho Curador deliberar sobre as seguintes matérias:

I - planos de custeio, de aplicação de recursos e patrimônio e orçamento-programa;

II - prestação de contas e relatórios anuais;

III - aceitação de doações e legados;

IV - outras situações previstas nesta lei.

§ 1º - A prestação de contas e os relatórios anuais referidos no inciso II deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - O Gerente Geral e o Conselho Curador do Fundo de Previdência farão publicar, trimestralmente, no Diário Oficial do Estado, demonstrativo financeiro e contábil que reflita o gerenciamento do Fundo.

Art. 38 - Cabe, ainda, ao Conselho Curador:

I - propor regulamentos de benefícios previdenciários, nos termos da Constituição e legislação própria;

II - elaborar e aprovar seu regimento próprio;

III - contratar, obrigatoriamente, auditoria para avaliação dos atos de administração dos recursos;

IV - representar aos órgãos indicadores com relação a atos irregulares dos administradores.

Art. 39 - O Gerente Geral, o Secretário Executivo e o Tesoureiro serão escolhidos, entre servidores da ativa, pelos sindicatos e associações de classe.

§ 1º - Haverá uma eleição livre em cada sindicato ou associação, para escolha de um candidato.

§ 2º - Formada a lista dos candidatos, dentre eles os Presidentes dos Sindicatos ou Associações escolherão um Gerente Geral e um Gerente Geral substituto, um Secretário Executivo e um Tesoureiro e um Tesoureiro substituto.

§ 3º - Cada um desses 06 (seis) membros deverá, necessariamente, ter origem em Sindicatos ou Associações de diferentes categorias funcionais.

§ 4º - Os ocupantes do cargo ficarão licenciados de seus cargos originais, durante o mandato, e os Suplentes durante o período de substituição.

§ 5º - Aplica-se o parágrafo 2º do Art. 36.

§ 6º - A Associação de Classe só participará da escolha se a categoria não for representada por Sindicato.

Art. 40 - À Gerência Geral cabe:

I - a representação formal do Fundo Autônomo de Previdência do Estado, perante os Poderes, perante a Administração Pública e nas relações com os particulares, pessoas físicas ou jurídicas;

II - a prestação de contas da Administração do Fundo Autônomo;

III - a administração financeira dos recursos do Fundo.

§ 1º - A prestação de contas deve ser feita a cada Sindicato ou Associação de Classe, aos Chefes dos Poderes do Fundo Autônomo, ao Procurador Geral do Estado e ao Presidente do Tribunal de Contas.

§ 2º - Qualquer uma dessas pessoas ou autoridades poderá pedir explicações ou detalhamento sobre as contas, bem como contestar dados e prestações, exigindo, nesse caso, manifestação do Conselho Curador.

§ 3º - Havendo dúvida sobre a prestação de contas, poderá ser pedida auditoria do Tribunal de Contas ou de empresa particular.

Art. 41 - Os recursos financeiros do Fundo depositados em instituições financeiras regulares, deverão ser destinados às seguintes formas de aplicação:

I - empréstimos simples a servidores públicos ativos, inativos e pensionistas;

II - empréstimos imobiliários para servidores públicos ativos, inativos, pensionistas ou para terceiros, com regulamentação própria para aquisições de imóveis prontos, sob a forma de carta de crédito ao adquirente e com garantia hipotecária do próprio imóvel;

III - debêntures simples ou conversíveis de companhia aberta com cláusula de remuneração real igual ou superior a 06% (seis por cento) ao ano;

IV - títulos públicos com cláusula de atualização do valor principal e taxa de juros reais igual ou superior a 06% (seis por cento) ao ano;

V - certificado de depósito de ouro;

VI - letras de câmbio com cláusula de correção monetária pós-fixada com taxa de juros reais igual ou superior a 06% (seis por cento) ao ano;

VII - financiamento de operações de arrendamento mercantil.

§ 1º - Nenhum empréstimo concedido pelos gestores da carteira do Fundo poderá prever regras de amortização que impliquem em redução real do valor do mútuo.

§ 2º - Serão permitidas aplicações de curto prazo, para efeito de gestão de caixa, observados critérios de prudência e rentabilidade.

§ 3º - Estão vedadas as aplicações em mercados futuros, a termo e de opções.

§ 4º - Eventual taxa de administração da carteira de aplicação não será superior a 1% (um por cento), calculado sobre o seu resultado real.

§ 5º - No caso de igualdade de taxas, o Fundo dará preferência ao Banco do Estado do Paraná.

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 42 - Os proventos dos atuais servidores inativos, bem como daqueles que vierem a se aposentar antes do prazo previsto no Art. 43, correrão, pelo prazo de doze anos de vigência desta Lei, por conta do Tesouro do Estado.

Parágrafo Único - Após o decurso do prazo fixado neste artigo, o Fundo Autônomo de Previdência assumirá o encargo da aposentadoria.

Art. 43 - Os proventos dos servidores que vierem a se aposentar a partir de vinte e quatro meses da data desta Lei, correrão à conta do Fundo Autônomo de Previdência.

Art. 44 - As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo Autônomo de Previdência do Estado, a partir da vigência desta Lei.

Art. 45 - As receitas do Fundo Autônomo de Previdência do Estado, excluídas as despesas decorrentes das pensões, serão destinadas integralmente à capitalização durante dois anos a partir da vigência desta Lei, com exceção do percentual de 2% (dois por cento) destinado à própria administração.

Art. 46 - Os servidores da administração direta e das autarquias passarão a ser contribuintes obrigatórios do sistema de previdência estabelecido nesta Lei.

Art. 47 - Os atuais contribuintes facultativos e conveniados do Instituto de Previdência do Estado terão seus direitos preservados, não fazendo jus aos benefícios desta Lei.

Art. 48 - Os serventuários da justiça não remunerados pelos cofres públicos deverão ser incorporados ao regime de previdência pública nacional.

Parágrafo Único - Os serventuários poderão optar pelo regime previdenciário desta Lei, desde que se submetam a contribuir para o Fundo Autônomo de Previdência do Estado se montante fixado pelo Conselho Curador, segundo cálculo atuarial.

Art. 49 - Os proventos de aposentadoria dos membros da carreira da magistratura, do ministério público e conselheiros do Tribunal de Contas, que contem com tempo de serviço efetivo inferior ao necessário para aposentadoria integral, serão devidos ao tempo de contribuição para este regime previdenciário, devendo a complementação correr à conta da dotação orçamentária própria do Poder pertinente, no

caso de adesão a este Fundo Autônomo pelo Poder Judiciário.

Art. 50 - O décimo terceiro salário no primeiro ano de concessão do benefício, será proporcional ao número de meses em que o mesmo for pago.

Art. 51 - O Estado do Paraná instituirá dentro de 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, um plano complementar ao Sistema Único de Saúde - SUS, destinado aos seus servidores, através de seguro saúde.

§ 1º - Para custeio de tal atividade, serão destinados recursos da ordem de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

§ 2º - Os serviços abrangidos pelo plano complementar poderão ser prestados pelo Instituto de Previdência do Estado na forma prevista por este artigo.

§ 3º - As eventuais complementações extraordinárias serão custeadas pelo servidor que as utilizar.

Art. 52 - Os ocupantes de empregos temporários ou regidos pela CLT não se incluem no regime desta Lei.

Art. 53 - O Estado do Paraná, através do seu Tesouro, é responsável subsidiariamente pelos encargos financeiros dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei.

Art. 54 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para implementar o disposto nos Arts. 29 e 51, § 1º desta Lei, servindo como fonte de recursos, quaisquer das formas previstas no § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964."

Art. 3º - Os artigos indicados, da Lei 6.174/70 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná - passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 138 - O funcionário será aposentado:

- I - por invalidez;
- II - a pedido;
- III - compulsoriamente.

§ 1º - A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado ativo que for considerado definitivamente incapacitado para o cargo ou função públicos, por motivo de deficiência física, mental ou fisiológica.

§ 2º - A aposentadoria por invalidez permanente será precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente, por período não excedente a 24 (vinte e qua-

tro) meses.

§ 3º - A concessão de aposentadoria por invalidez permanente dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo de junta médica oficial do Estado.

§ 4º - A aposentadoria por invalidez permanente será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório.

§ 5º - Em caso de doença que necessite de afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada, ratificado pela junta médica oficial do Estado, a aposentadoria por invalidez permanente independe de licença para tratamento de saúde, e será devida a partir do mês subsequente ao ato da publicação do ato concessório.

§ 6º - No caso do inciso II, o tempo mínimo de serviço para a aposentadoria será aquele previsto no Art. 35, III, letras a, b, c e d - da Constituição Estadual.

§ 7º - No caso do inciso II, o funcionário aguardará em exercício, ou dele legalmente afastado, a publicação do ato de aposentadoria.

§ 8º - No caso do inciso III, a aposentadoria se dará aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, dispensado do comparecimento ao local de trabalho a partir da data em que completar a idade limite.

Art. 139 - O aposentado por invalidez permanente terá proventos proporcionais ao tempo de serviço, salvo quando a aposentadoria decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, avaliadas por junta médica oficial do Estado, quando então os proventos serão integrais.

Art. 140 - A aposentadoria voluntária e por tempo de serviço será devida a partir do mês subsequente ao da publicação do ato concessório e só será deferida aos servidores que tiverem mantido sua condição de contribuintes do regime, durante os 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores ao da entrada do requerimento de solicitação da aposentadoria, observado o disposto no Art. 17 desta Lei.

Art. 141 - É vedado ao Poder Público Estadual a concessão de aposentadoria cumulativa com outra de natureza pública.

§ 1º - Verificada a inobservância do disposto neste artigo, será o beneficiário notificado para que exerça, no prazo de 30 (trinta) dias, o direito de opção, sob pena de suspensão do pagamento e devolução das importâncias indevidamente recebidas.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à percepção de aposentadoria decor-

rente da legítima acumulação de cargos públicos, nos termos da Constituição Federal, ou originária de contribuições à instituição oficial sem relação empregatícia com entidades públicas, e que sejam computadas para os efeitos do Art. 17.

Art. 142 - Os proventos das aposentadorias referidas nesta Lei serão calculados nos termos da legislação vigente.

§ 1º - Não serão computados para efeito de cálculo e pagamento de quaisquer benefícios estabelecidos por esta Lei as promoções ou as vantagens concedidas em desacordo com a legislação vigente.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o órgão de origem a que pertencia o servidor deverá juntar ao processo de requerimento ou habilitação, certidão que comprove a legalidade das promoções ou vantagens concedidas no período de 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data da solicitação.

Art. 143 - Para os efeitos previstos no Art. 14 desta Lei 6.174/70, será computado integralmente o tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como as contribuições feitas para instituições oficiais de previdência social brasileira, observado o que dispõem os Arts. 94, parágrafo único, 95 e seu parágrafo único e 99, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de junho de 1991 e a Lei Estadual nº 7.634, de 13 de junho de 1982.

Parágrafo Único - É vedada a contagem repetida de um mesmo lapso de tempo."

"Art. 260 - A pensão será devida ao conjunto de dependentes do servidor segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou decisão judicial, no caso de ausência.

§ 1º - A pensão corresponderá a 100% (cem por cento) da remuneração ou provento do servidor, observado para este fim o limite estabelecido pelo inciso XI, do art. 27, da Constituição Estadual.

§ 2º - A pensão será rateada em cotas proporcionais entre todos os dependentes inscritos, cabendo 50% (cinquenta por cento) para a viúva(o) ou companheiro(a) e os 50% (cinquenta por cento) restantes rateados em cotas iguais para os demais dependentes, não se adiando a concessão por falta de habilitação de outros possíveis dependentes.

§ 3º - A pensão será deferida por inteiro à viúva(o) ou companheira(o) supérstite, na falta de outros dependentes legais.

§ 4º - Se o segurado(a) for viúvo(a), o cônjuge sobrevivente ou companheira(o) não tiver direito à pensão, será o benefí-

cio pago integralmente, em partes iguais, para os demais dependentes, se houver, na forma desta lei.

§ 5º - A cota da pensão será extinta pelo casamento ou morte do beneficiário ou pela ocorrência de qualquer evento que motive o cancelamento da inscrição.

§ 6º - Sempre que se extinguir uma cota de pensão, processar-se-á um novo rateio entre os dependentes remanescentes.

§ 7º - Com extinção da cota do último pensionista, extinguir-se-á também a pensão."

Art. 4º - O IPE - Instituto de Previdência do Estado - passa para a administração do Fundo Autônomo de Previdência Social, com todo o seu patrimônio.

Art. 5º - No 10º dia a partir da publicação desta lei, o atual Superintendente do IPE se torna, automaticamente, Gerente Geral do Fundo, cargo que exercerá por 01 (um) ano, quando será substituído pelo Gerente Geral escolhido na forma do art. 39 do Plano de Previdência, podendo ele escolher, entre servidores do Estado ou do próprio IPE, o Secretário Geral e o Tesoureiro, cujo mandato se extinguirá com o do Gerente Geral.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Juntamente com o Projeto de Emenda Constitucional nº ..., submeto a meus Pares este Projeto de Lei. Ambos os Projetos visam criar condições, atuais e principalmente futuras, de sustento financeiro ao pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais.

Pode-se imaginar que o Projeto seja extemporâneo, pois se conhecem as longas discussões travadas na arena do Congresso Nacional, para modificar o atual sistema de aposentadoria. No entanto, qualquer modificação futura que ocorra na sistemática de aposentação não trará qualquer prejuízo para a lei que nascer deste Projeto, uma vez que ele não interfere com a forma de aposentadoria, quer seja ela por idade ou por tempo de serviço.

O texto levado agora a debate não interfere com o atual sistema de aposentadoria, nem interferirá em qualquer sistema criado, pois não regula o tempo de serviço, nem cria parâmetros novos para os pedidos de inatividade. Apenas cria mecanismos de arrecadação e gerenciamento de fundos destinados ao pagamento das aposentadorias e pensões.

Na realidade no Estado do Paraná, o número de pedidos de aposentadoria tem crescido vertiginosamente, e são inúmeras as causas desse fenômeno:

- a) salários insuficientes para manutenção própria e da família;
- b) possibilidade de aposentação com idades baixas;
- c) medo das modificações previdenciárias futuras;
- d) falta de perspectiva na continuidade do serviço público.

No setor do magistério muitos professores têm se aposentado para instalar negócio próprio ou se dedicar ao ensino e pesquisa particulares. No campo do direito (Procuradores, Ministério Público, Advocacia do Estado, Magistratura), as aposentadorias ocorrem com frequência para que o inativo se dedique à advocacia ou ao magistério.

De qualquer forma, o número de inativos, em comparação com os que permanecem na atividade, tem crescido em proporção alarmante, o que se traduz numa preocupação dos administradores estaduais com o financiamento das aposentadorias e pensões.

Em data recente, 21 de dezembro de 1992, a Lei Estadual nº 10.219 criou o Fundo de Previdência do Estado, logo conhecido e reconhecido como Fundão, que tinha por objetivo criar um sistema de arrecadação de dinheiro suficiente para suportar o pagamento das aposentadorias e pensões, sem onerar demasiadamente o Tesouro Estadual, e dando ao segurado a certeza de que seu salário nunca se veria corroído pela impossibilidade de pagamento por parte do Tesouro.

No pouco tempo de existência (dezembro de 1992 a outubro de 1993), o Fundo se mostrou capaz de produzir uma arrecadação suficiente para servir de amparo a todos os aposentados e pensionistas do Estado.

Infelizmente, não chegou ele ao desenvolvimento pleno, pois foi extinto ainda no período da carência.

Agora, se volta ao tema, com modificações substanciais na sua concepção, na forma de gerenciamento e na aplicação de recursos.

Já naquela época, o Fundão se apresentava como a redenção dos inativos e pensionistas, pois o Estado via com temor se aproximar o dia em que o Tesouro não mais teria condições de arcar com os ônus financeiros dessas categorias.

Além de buscar criar mecanismos de arrecadação de fundos que permitam ao Estado suportar sem traumas os pagamentos das aposentadorias e pensões, a criação do Fundo Autônomo dá aos servidores a plena garantia de que sempre haverá recursos suficientes para lhes pagar aposentadorias e

pensões.

Um verdadeiro temor que assalta cada servidor do Estado, principalmente aqueles que ainda não atingiram a idade ou tempo de serviço para aposentadoria, é que em determinado estágio de suas vidas o Tesouro Estadual não tenha recursos suficientes para os pagamentos. Dentro do sistema de previdência social (INSS), existe um limite de contribuição, e mesmo os proventos dos aposentados têm diminuído sensivelmente nos últimos anos.

Também é bastante conhecida a discussão em torno da existência de um único sistema de aposentadoria, a contemplar tanto os trabalhadores civis, como os funcionários públicos.

Com a criação do Fundo, se pretende conservar o direito do funcionário aposentado ao reconhecimento de cem por cento dos vencimentos que receberia, caso estivesse na ativa.

Certamente o Estado não poderá arcar com esse munus para sempre. Mas a criação desse Fundo poderá servir justamente como o elemento faltante na cadeia Estado/Previdência/Servidor. Dessa forma, sem transformar o servidor num ser privilegiado, e sem onerar o Estado, se estará criando um mecanismo eficiente para proteger o servidor sem onerar demais o tesouro público.

Dentro do presente projeto, alguns pontos se destacam, tais como:

- a) sistemática de arrecadação;
- b) gerenciamento do Fundo;
- c) mobilidade e autonomia do Fundo;
- d) destino do IPE.

No Projeto pode-se ver que o sistema de arrecadação é paritário, com o destino para o Fundo de dez por cento da folha de pagamento de cada funcionário, e dez por cento pagos pelo Estado, a partir de sua folha de pagamento total.

Quanto ao gerenciamento, buscou-se tirar a estrutura administrativa das mãos onipotentes do Estado, para tornar-se mais independente e mais profissional, resguardando o vínculo que os administradores devem conservar com o próprio Estado, de que são servidores, e com a massa de funcionários, dos quais passam a ser os gestores de dinheiro.

O aspecto da mobilidade e da autonomia deste Fundo de Previdência deve estar presente no momento em que o volume de dinheiro deve ter aplicação segura, transparente, rentável. O Fundo não se caracteriza como sociedade estatal, que não pode visar ao lucro. Ao contrário, deve ele se movimentar em busca do lucro, para que a massa de dinheiro não se corroa com o tempo ou com as más aplicações.

Em relação ao IPE, o que se busca é dar-lhe também autonomia e criar-lhe con-

dições de atender aos anseios da multidão de servidores que o viram minguar ao longo de tempo, e hoje buscam fora do sistema oficial o amparo a sua saúde. Busca-se resgatar o IPE, dando-se-lhe condições de expansão de serviços, e colocando-o vinculado à vontade de seus verdadeiros proprietários: o funcionalismo público estatal.

Estas, em suma, as razões que me levam a apresentar o presente Projeto de Lei.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 417/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica vedada a criação de novos municípios até 31 de dezembro de 1998, ressalvados os projetos de lei cuja realização de plebiscito, na forma do Parágrafo Único, do Art. 3°, da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991, tenha sido solicitada ao Tribunal Regional Eleitoral até a publicação da presente lei.

Art. 2° - O Art. 5°, da Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5° - Projeto de Lei que crie município somente poderá ser aprovado pela Assembléia Legislativa se o resultado do plebiscito tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores, de cada um dos distritos abrangidos, em votação na qual comparecerem, pelo menos, cinquenta por cento dos eleitores inscritos mais um, em cada um dos distritos a construir novo município."

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei complementar tem por objetivo principal coibir a criação indiscriminada de municípios, como vem ocorrendo há vários anos em nosso Estado e de forma predominante nesta legislatura.

Todos sabemos das inúmeras dificuldades pelas quais vêm passando os municípios, não apenas de nosso Estado, mas de um modo geral no país inteiro. Assim, torna-se premente que haja uma legislação limitando a criação de novos municípios, evitando-se assim a divisão da miséria hoje existente.

Vislumbra-se que o prazo de vedação vai até o final do ano de 1998, suficiente para que as atuais dificuldades sejam, se não superadas, pelo menos diminuídas, dando condições para criação de novos municí-

pios muito mais fortes e com chance de desenvolvimento.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Accorsi.

O SR. LUIZ ACCORSI - Sr. Presidente, Sra., Srs. Deputados e demais autoridades aqui presentes, visitantes e imprensa. Hoje comprei praticamente todos os jornais de Curitiba e de São Paulo para ler a respeito das reportagens do dia sobre a saúde.

Entre elas diz: Hospitais vão a justiça contra o SUS. Ministério da Saúde ainda não pagou serviços a várias instituições da região e reduz a 20% o repasse nos últimos meses. Jornada faz alerta sobre a gestação de alto risco. Laqueadura gratuita em São Paulo. Saúde entra em greve em Jacarezinho. Laboratório alerta troca de remédios. Cartilha mostra número sobre saúde. O Estado do Paraná possui atualmente doze hospitais com um total de 1.067 leitos, porém utiliza de 25.099 leitos contratados através do SUS, formando uma rede que sustenta a base do atendimento à população. Nova lei do aborto fracassa na Espanha. O IPE lança hoje uma campanha contra o câncer de mama. E aqui diz que o câncer de mama é o que mais está matando mulheres hoje em todo o mundo. O Hospital de Clínicas recebe doação para o setor de oftalmologia, do Japão 371 mil reais. As novidades no combate as doenças periodontais. Convênio destina 375 mil para as escolas especiais do nosso Estado. Governo Federal não esta preocupado com a AIDS. Paraná tem 2.283 casos registrados. Estatísticas oficiais dão conta que no Brasil foram confirmados 66.388 casos de AIDS, de 1980 até agora. Hospitais vão processar a União.

Entre coisas boas e coisas ruins em termos de saúde, fiquei feliz que a nossa classe foi lembrada hoje pela imprensa escrita, em vários jornais do Estado do Paraná e de São Paulo.

Quero agradecer a Minerva de ter lembrado da classe médica.

A esperança maior da classe de políticos, Deputados Estaduais e Federais do Brasil e a esperança da população brasileira e aqui do Paraná, nossos líderes maiores como Fernando H. Cardoso, o nosso Governador Jaime Lerner que tem propostas maravilhosas na saúde, nosso secretário de saúde do Estado Sr. Armando Raggio, o nosso secretário de município Dr. Baracho e com especial carinho da classe médica a importância do Dr. Antonio Celso Nunes Nassif que foi eleito pela terceira vez Presidente da Associação Médica Brasileira e pelas duas vezes que ele foi Presidente

foi o tempo que os médicos conseguiram respirar.

Aqui tem um artigo que diz: Existe uma pessoa que você quase nunca quer visitar. Quando você não tem como evitar e vai até lá é para reclamar de alguma coisa, daí ela mexe com você, ouve suas queixas, usa instrumentos esquisitos, diz coisas que você não entende. E por incrível que pareça é esta pessoa que você confia a sua própria saúde. Graças a ela nossos problemas sempre tem remédio - 18/10 - Dia do Médico - Rede Minerva.

Agradecemos também a UNIMED de Cascavel que diz que: queremos neste dia prestar toda a nossa consideração a este profissional que não abandona a farda. A farda branca da paz, da vida, da clareza com que temos de resolver os problemas do dia a dia e ter que ser o melhor no que faz. Aqui outra lembrança da Bristol Myers Squibb - nossos agradecimentos 18/10 - Dia do Consultório Sentimental. Dia 18/10 é o dia do médico - ligue para o seu médico e dê os parabéns. O médico também adora ser bem tratado: Gralha Azul - Dia do Médico. Mais que um profissional ele pode ser o seu melhor amigo - UNIMED de Curitiba. Existem pessoas que só pela presença já fazem você se sentir melhor - 18/10 Dia do Médico - ele é o responsável direto pela saúde, tranqüilidade e bem estar das pessoas. Na sua dedicação surgem soluções, ampliam-se perspectivas, renovam-se as esperanças - 18/10 é o Dia do Médico, em nome da UNIMED de Curitiba e dos milhares dos usuários.

Muito obrigado Doutores. É ótimo saber que a vida está em suas mãos. Existem coisas tristes, mas também existem coisas alegres. Recebi de um paciente hoje um fax a respeito da oração do médico em que o médico diz: "Tu és um grande médico, diz ao senhor o nosso pai; ajoelho-me diante de ti já que tudo que é bom vem de ti te peço habilidade para as minhas mãos, lucidez para o meu espírito e compreensão para o meu coração; afasta do meu coração a cobiça e a mesquinhez, dai-me correção nas atitudes e força para poder aliviar aos meus semelhantes, dai-me a graça de compreender o privilégio que me concedes dai-me a graça de confiar em ti. Com fé simples de uma criança".

Recebi também um discurso feito, um paraninfo de 1924, de uma turma de formandos de Medicina - só quero ler o final que diz: "de fato o médico é geralmente um homem feliz, e realiza bem a frase daqueles que: que a melhor felicidade consiste em tornar os outros felizes. É ser feliz, poder reerguer o espírito que se debate nos transeles do desespero. É ser feliz, poder restituir a uma família em pranto a vida

de seu chefe, é ser feliz em poder levar ao rancho do pobre ou ao leito do hospital a palavra que conforta ou a ação que salva ao desgraçado órfão da sociedade. É ser feliz ver brilhar no semblante do enfermo a esperança, é ser feliz vibrar no coração mais empedernido o raro sentimento da gratidão. É essa a felicidade que embriaga pura, porque reflete a felicidade alheia e divina. Porque na atenuação dos males humanos faz do médico o mandatário de Deus. Continuando, têm coisas alegres mas têm coisas tristes. Fico alegre quando leio a oração do médico, coisas maravilhosas, mas eu fico triste vendo que um médico recebe hoje do SUS, R\$ 2,04 por uma consulta médica, fico triste, quando vejo um pediatra, que é a minha profissão, passar uma noite num berçário esperando nascer uma criança para receber R\$ 11,90, fico triste, colegas, porque há 15 dias eu fui chamado para jantar na casa de médico, professor da Universidade, aposentado e no fim desse jantar ele falou a umas dez pessoas que estavam na casa dele, que iria fazer uma rifa de um relógio. Um professor universitário, aposentado, fazendo rifa de um relógio para os amigos que estavam na casa dele, para poder dar continuidade ao estudo dos filhos. Fico triste, quando vejo um colega meu, andando pela rua, 20 anos de formado, andando num volks mais velho do que seu tempo de formatura. Acho que todos nós temos uma esperança e de repente eu vejo que a nossa esperança está nesses 4 anos de mandato do Fernando Henrique Cardoso, do mandato de Adib Jatene, Ministro da Saúde, do Jaime Lerner, nosso Governador, do Rafael Greca, nosso Prefeito da Capital, do nosso Secretário de Saúde do Estado, Armando Raggio e do município e a classe médica tem uma esperança maior numa pessoa chamada Antonio Celso Nunes paranaense, professor da Universidade Federal do Paraná, eleito pela 3ª vez Presidente da Associação Médica Brasileira e foi justamente nessas duas gestões do Nassif que a classe médica pode respirar.

Meus parabéns Rosinha pelo seu dia, meus parabéns, desta Casa e de todos os Deputados à classe médica do Paraná. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Accorsi) - Concedo a palavra ao Deputado Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vou ser bem breve, porque sei que hoje a agenda desta Assembleia está sobremaneira carregada. Quero usar o meu espaço para comunicar de forma oficial que na segunda-feira, dia 23, o Senador Eduardo Suplicy vai estar o dia todo em Curitiba, vai estar nessa Assem-

bléia, na Câmara de Vereadores, junto ao Plácio Iguazu e à Prefeitura Municipal para, numa agenda extensa e corrida falar do seu projeto de garantia de renda mínima familiar que tramita no Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que aproveita a oportunidade para defender, perante os nossos companheiros Deputados, perante o Poder Executivo a aprovação de um projeto de mesmo teor que tramita por esta Casa. Deve chegar às 8:45 da manhã, fazer uma visita a pontos importantes da cidade de Curitiba, um almoço com o Prefeito municipal, às 2:00 h. uma entrevista coletiva aqui no prédio da Assembléia Legislativa e em seguida participa de uma sessão e debate com os Deputados, faz uma visita à Câmara de Vereadores e ao Palácio Iguazu e às 18:30 retorna para São Paulo. Todos os Deputados interessados no assunto e em participar nesse momento importante, estão convidados a acompanhar o roteiro do Senhor Senador.

Vou passar a cada um dos Deputados, um artigo de minha autoria, que fala, realmente, da profundidade deste projeto de garantia de renda mínima familiar. Mas o objetivo principal dessa minha presença, hoje, nesta tribuna, é para comunicar que desde hoje, de forma oficial, estou protocolando uma emenda à Constituição Estadual e um Projeto de Lei que visam instituir um fundo autônomo de previdência dos servidores públicos do Estado do Paraná. A emenda apenas eleva, a nível constitucional, esta determinação de que o Poder Executivo e os outros poderes - deste Estado, criem, no sentido de garantir para o futuro pagamento dessas aposentadorias e pensões aos seus servidores, crie um fundo, uma poupança que garanta o pagamento desse direito que ele vão adquirir no exercício de sua vida.

A minha proposta é bastante longa, o Paraná já teve o seu fundo de previdência dos servidores, me inspirei em muito coisa naquela proposta, acrescentei outras e implantei alguns avanços na administração. Mas o que me parece claro é que o Estado do Paraná tem que se preparar para o futuro. Cada vez mais nós constatamos a realidade de que o índice de servidores inativos aumentou muito mais do que o índice de servidores da ativa. Se há anos atrás tínhamos para cada um funcionário na inatividade, tínhamos 15 funcionários em atividade. Há cinco anos atrás esse número já era de um funcionário inativo para cada sete na atividade. Hoje a realidade é bem perversa e a permanecer essa situação as perspectivas nos demonstra que, num futuro bem breve, nós teremos para cada funcionário aposentado, ou seja, para cada funcionário em inatividade nós teremos um funcionário em atividade. E demonstrando,

desta forma, que mister se faz a criação de uma poupança, de um fundo de previdência que seja alimentado e custeado por desconto no salário dos servidores e a contrapartida do Estado. Pretendo voltar a esta tribuna numa data mais apropriada, quem sabe semana que vem, para comentar com todos os Deputados os pontos mais importantes desta nossa proposta. Os pontos cardeais que constituem a espinha dorsal do nosso projeto.

Mas, vou aproveitar a data de hoje e vou entregar a cada Líder partidário uma cópia da emenda e do projeto acompanhado da justificativa, no desejo de que cada um desses líderes discutam com as suas Bancadas o Projeto, façam as suas emendas, contribuam. Porque esta questão é de fundamental importância para a existência realmente, do Estado, enquanto patrão, não só daqueles que estão trabalhando mas daqueles que já cumpriram um período de trabalho e fazem jus a este direito sagrado da aposentadoria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Cesar Seleme.

O SR. CESAR SELEME - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A finalidade de estar nesta tribuna, hoje, é rápida.

O nosso projeto que torna obrigatório a instalação de portas eletrônicas nas agências bancárias no Estado do Paraná, em segunda discussão, é para dizer que os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Segurança foram pareceres favoráveis à tramitação deste Projeto.

Temos também emenda do Deputado Chab que vem enriquecer todo o conteúdo do meu Projeto.

Temos uma emenda de minha autoria que visa corrigir, Senhores Deputados, a redação do presente processo. E uma emenda do Deputado Vanhoni com aprovação do Deputado Chab, fica contemplada que é mais ampla a do Deputado Ricardo Chab.

Senhores Deputados, a finalidade deste projeto nosso, é oferecer maior segurança aos bancários e aos próprios clientes das agências bancárias. Quando Vereador de Curitiba, já apresentei um projeto de igual natureza que foi aprovado e hoje é lei no município de Curitiba. Estou apenas querendo estender este Projeto de Lei, esta Lei, para todas as cidades do Estado do Paraná, tornando obrigatório a porta de segurança nas agências bancárias, para que com isto se evite esses graves assaltos, trazendo traumas, trazendo desgraças e trazendo muitas mortes para as famílias paranaenses.

Senhores Deputados, peço o apoio de Vossas Excelências, para o nosso projeto e dizer que a população do Estado do Paraná será beneficiada com a aprovação deste projeto.

Quero aproveitar também a subida nesta Tribuna para fazer a homenagem sincera a toda a classe médica no dia de hoje, a todos os médicos do Estado do Paraná, todos que militam na área da saúde, bem como também a classe dos pintores, que hoje é o Dia do Pintor.

As duas classes são fundamentais para a sociedade paranaense. Todo o trabalho dignifica a pessoa, Senhores Deputados, não importa uma profissão mais humilde ou não, mas as sinceras homenagens também à classe dos pintores.

Para finalizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, peço o apoio desse projeto que beneficiará, com toda a certeza, a família paranaense.

E aos nossos visitantes de Pirapó, Deputado César Seleme, que vos fala, gostaria de dizer que vocês podem contar com o meu apoio, o meu voto por esta emancipação desse município, que vocês tanto pleiteiam.

Muito obrigado, uma boa tarde.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.
PT, PSC, PDT...

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar que nós declinamos de fazer uso da tribuna. É que vimos há pouco na televisão que o próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, está telefonando para cada membro da Comissão de Constituição e Justiça, pedindo para derrubar o parecer do Relator cujo voto é pela manutenção da estabilidade no serviço público brasileiro.

O Presidente insiste na quebra da estabilidade. Senhor Presidente, é o nosso apelo aos congressistas em Brasília, já que não deverá ser votada hoje a reforma administrativa, é de que eles mantenham a estabilidade para evitar que a quebra dessa estabilidade do servidor público no emprego venha a provocar demissões em massa no Brasil, por autoridades despreparadas que agiriam com vingança, com picuinhas agiriam pelo lado emocional, por vingança política, para perseguir servidores públicos que não apoiaram a candidatura de quem está no Poder, ou então, e por razões até de ordem pessoal.

Para evitar perseguições no serviço Público, Senhor Presidente, é que nós fi-

xamos a nossa posição em favor da estabilidade do servidor público no seu emprego.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB, PFL, PPR, PP, PMDB.
PT já foi chamado.

Com a palavra o Senhor Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, subo a esta tribuna em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores para manifestar a nossa preocupação com relação ao despejo iminente dos trabalhadores rurais sem terra, que desde 1º de outubro ocupam a fazenda, chamada Fazendão, no Município de Laranjal. É importante destacar que esta área é uma das áreas classificadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, como área passível de desapropriação. Área esta entre outras que está colocada num rol de reivindicações que o Grito da Terra apresentou não apenas ao Governo do Estado, mas ao Presidente da República com relação as questões atinentes a Reforma Agrária, para que se agilizassem a emissão de posses para o INCRA, a desapropriação, liquidação ao INCRA de todas essas áreas imediatamente.

Infelizmente a demora dos governos, a má vontade já digo em realizar uma verdadeira Reforma Agrária obrigam a que o movimento dos trabalhadores rurais sem terra realize ocupações desse tipo para poder conquistar aquilo que é de direito dos lavradores. É importante informar que o município de Laranjal, município recém criado tem seis mil habitantes e o próprio prefeito desse município, o Prefeito Riolando de Freitas, que é do PDT já se manifestou publicamente favorável a ocupação, entende ele também que esta área é uma área improdutiva, que o trabalho dos trabalhadores sem terra trará grande benefício ao município com o aumento do ICMS. Diz o próprio prefeito que essa área nunca gerou nenhuma nota fiscal sequer, porque é completamente improdutiva.

São 250 famílias nesse mesmo município já existe uma outra ocupação há dois anos de 300 famílias e essa ocupação está sendo regularizada depois de dois anos, tal a demora do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, e nós temos certeza que a permanência dessas famílias nessa fazenda improdutiva vai dar grandes benefícios, permitirá a sobrevivência dos lavradores pelo menos para se alimentar, alimentar seus filhos.

É por isso que nós viemos aqui, não apenas manifestar mais uma vez o nosso apoio a esta ocupação e ao MST, mas também a nossa preocupação de que pela primeira vez no Paraná aconteça um despejo violento

e uma nova Corumbiara possa se repetir.

Sabemos que já foi feito um plano de desocupação pela polícia militar e queremos fazer um apelo ao Governo Jaime Lerner neste momento em que se discute a nível nacional a agilização do processo de reforma agrária e que lideranças do nosso partido estiveram junto com Fernando Henrique e que o projeto de lei do Deputado Fritz de Santa Catarina agilize o processo de Reforma Agrária, desapropriação por parte do INCRA, que o governo impeça esse despejo, que segure até que essa lei seja aprovada a nível federal e que a agilização da Reforma Agrária também seja implantada a nível federal que facilitará sem dúvida a questão dos lavradores.

Achamos que é o momento em que o governo deve tomar uma definição clara de que lado ele está, se ele está ao lado de uma reforma agrária que leve uma vida digna a milhões de paranaenses ou fica mais uma vez a favor do grande latifúndio produtivo. Fazemos um apelo ao Secretário de Segurança que não permita que esse despejo se realize.

Queremos colocar ainda, que a juíza que deu a liminar de reintegração de posse, ela pertence a comarca de Campina da Lagoa e legalmente o juiz que poderia ter feito tal ato é o juiz da comarca de Palmital. Então há problemas inclusive de legalidade nessa ação de reintegração de posse que pode acontecer um despejo violento no Paraná e nós queremos deixar claramente a posição do nosso partido e o apelo ao governador do Estado para que essa violência contra os sem terra não aconteça aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, comunicando seu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. À Diretoria Legislativa.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, com apoio de diversos Srs. Deputados, constantes do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de Lei Complementar, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de

apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Luiz Carlos Alborghetti acima aprovado:

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/95, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do Art. 1º, da Lei nº 7.047/78, para o efetivo da Polícia do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Transferida votação para amanhã.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que estabelece a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PROJETO DE LEI Nº 108/95 SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1º - Respeitadas as disposições da legislação municipal pertinente para liberação dos alvarás de localização, as academias de artes marciais deverão proceder o seu registro junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública como condição

para o seu regular funcionamento.

Parágrafo Único - Por delegação de competência, o cadastro das academias de artes marciais, no âmbito dos municípios, ficará a cargo da Delegacia de Polícia local.

Art. 2º - O registro das academias junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública, procedendo o registro na Junta Comercial, conterà o nome, a formação técnica ou escolar e a qualificação de todos os seus sócios e de todos os seus instrutores.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública determinará inspeções semestrais nas academias, cancelando o registro daquelas que não cumpram as disposições da presente lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95

(a) CARLOS SIMÕES

Apoio: Milton Puppio, Reny Borsatto, Eduardo Trevisan, César Seleme, Edgard Bueno, João Techy Filho, Edno Guimarães, Walmor Trentini.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/95, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e planejamento necessários à construção do Hospital Regional do Litoral, no município de Paranaíba. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria do Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEL. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.E.M.A. E C.S.P..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 080/95

Substitua-se a expressão "CODEL", nos artigos 1º, 2º e 3º do Projeto, por

"CODERAL".

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Jocelito Canto, Luiz Carlos Zuk, Eduardo Trevisan, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

A mudança da sigla se faz necessária em razão da existência de sigla semelhante no Município de Londrina: CODEL - Conselho de Desenvolvimento de Londrina.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Essa emenda muda de CODEL para CODERAL. Acho que é uma emenda que poderia até ser apreciada nesse mesmo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede Emenda à Redação. **Aprovada.**

Em votação o Projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/95, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P.. EMENDAS DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 062/95

Art. 1º - O parágrafo 2º do Art. 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - Poderá ser dispensada a exigência contida neste artigo, para uma ou mais agências ou Postos de Serviços, por meio de acordo coletivo de trabalho celebrado entre as Empresas e Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) CESAR SELEME

Apoio: Cesar Silvestri, Plauto Miró Guimarães, Antonio Belinati, Luiz Carlos Zuk, Walmor Trentini, Reny Borsatto, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir a redação, do parágrafo haja vista no Estado funcionarem Sindicatos regionais, não sendo apenas um representante da categoria no Estado.

SUBEMENDA À EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O "caput" do art. 1º do Projeto de Lei nº 062/95 passa a vigor com seguinte redação:

"1º - Fica obrigatória a instalação de

Porta Eletrônica de Segurança individualizada e de câmeras de filmagem, gravação e fotografia, nas Agências e Postos de Serviços Bancários e em todos os acessos destinados ao público".

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) RICARDO CHAB

Apoio: Cesar Selene, Cesar Silvestri, Techy Filho, Beto Richa.

JUSTIFICATIVA:

A importância da segurança pessoal de cidadãos de todas as esferas da sociedade, é interessante qualquer iniciativa para proteção do sistema bancário. A instalação obrigatória de câmeras de filmagem, gravação e fotografia, se aprovada reprimirá pela facilidade de identificação, a intenção de indivíduos que tenham em mente o roubo em agências bancárias.

As despesas de instalação dos equipamentos, certamente serão menores do que prejuízos advindos de eventuais assaltos, trazendo mais segurança aos usuários.

Face à apresentação das Emendas, o referido projeto foi encaminhado à C.C.J. para parecer.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 048/95, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Milton Puppio, que autoriza a realização de plebiscito para criação do Município de Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01 DE PLENÁRIO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 048/95

P A R E C E R:

A Emenda Substitutiva nº 01, de Plenário, vem simplesmente acatar decisão do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que informa já existir o nome Pirapó, no âmbito do território brasileiro, passando a ser denominado de Novo Pirapó.

Recebe, portanto, o parecer favorável. É o relatório.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Apoio: Nelson Justus, Edgard Bueno, Luiz Claudio Romanelli (voto contrário), Antonio Belinati, Walmor Trentini, Geraldo Cartário, Emerson Nerone (voto contrário), Valdir Rossoni, José Tavares e Basílio Zanusso (voto contrário).

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 048/95

Inclua-se onde couber:

O plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana será realizado separadamente para as áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro. Não aprovado por qualquer um dos distritos o mesmo não será incorporado ao novo município.

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: José Maria Ferreira, Irondi Pugliesi, Péricles Mello, Doutor Rosinha, Eduardo Trevisan e 1 ilegível.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 048/95

O artigo 1º do Projeto de Resolução nº 048/95, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, formado com áreas dos Distritos de Pirapó e São Pedro, com os seguintes limites e confrontações."

Sala das Sessões, em 18.10.95.

(aa) MILTON PUPPIO

ORLANDO PESSUTI

Apoio: Toti Colaço, Ricardo Chab, Renato Adur.

Para encaminhar a votação, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente a nossa saudação aos companheiros moradores de Pirapó e de São Pedro, hoje Município de Apucarana, que aqui comparecem para participar, assistindo à votação do Projeto de Resolução nº 048/95.

Já afirmamos a esta Assembléia, algumas vezes toda a sequência que envolve a criação do Município de Pirapó. A história começa em 1990, quando aqui apresentamos um projeto de resolução que foi aprovado pela Assembléia Legislativa da época. O plebiscito foi marcado e alguns dias da realização do plebiscito, o Prefeito José Domingos Scarpelini interpelou o Tribunal Superior Eleitoral, que de sua parte suspendeu o plebiscito porque um dos requisitos que era a distância da sede de Pirapó à sede de Apucarana, não estava atendido porque exigia-se que fosse 10 km, e eram apenas 8 km. Então, esse plebiscito foi suspenso em 1990, 91, e posteriormente através de decisão do Tribunal Superior Eleitoral confirmou-se essa suspensão.

No mês de maio desse ano, fomos procurados pela Comissão Pró-Emancipação de Pirapó, comissão essa que tem a participação de pessoas também de São Pedro, dentre os quais a participação de vereador daquela região e que mora na Comunidade São Pedro.

O projeto foi à votação depois de atender a todos os requisitos legais fornecidos pela Prefeitura Municipal, fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral, fornecido pelo IBGE, pelo Instituto Ambiental do Paraná, e estando todo o projeto em condições, atendendo aos dispositivos da Lei Complementar n° 56, da Lei Complementar n° 70 da Constituição do Estado, da Constituição Federal, foi o projeto à apreciação da C.C.J., recebeu aprovação na C.C.J., veio à votação no dia 28/09 e foi aprovado em 1ª. Discussão por esta Casa.

Retornou, posteriormente, e foi por nós este projeto emendado em 2ª. Discussão, porque o IBGE recomendou que se substituísse o nome Pirapó, por Novo Pirapó, dada a existência já de um outro município no Brasil com o nome de Pirapó, razão pela qual apresentamos a emenda, dentro do que estabelece a Constituição, o Regimento da Casa, e as Leis Complementares, e esta nossa Emenda também teve parecer favorável aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça.

Volta hoje o projeto e já em fase de votação e nós, na data de hoje, queremos pedir aos Deputados que votem favoravelmente, até porque uma das maiores polêmicas que existe em relação a esse projeto, no que diz respeito à inclusão ou não de São Pedro na área do Município de Pirapó, de certa forma, pelo que entendo daquilo que conversamos por mais de duas horas hoje, com a Deputada Irondi e com o Deputado Miltinho Puppio junto com os moradores de Pirapó, e da conversa que tivemos ainda há pouco, por quase meia hora junto com a Deputada Irondi e com os moradores de São Pedro, entendo que está superado este impasse da inclusão ou não de São Pedro, no Município de Pirapó.

Fizemos uma análise em cima daquilo tudo que vem sendo dito pelos Deputados, pelos moradores de Pirapó e de São Pedro, de que ao invés e antes de decidirmos isso, se deveria dar a oportunidade de São Pedro dizer se quer ou não participar do Município de Pirapó. Em cima desta análise e considerando que não tínhamos como concordar com a proposta da Deputada Irondi, de que aprovássemos o projeto de resolução, excluindo São Pedro, porque se concordássemos com isso, estaríamos arquivando o projeto, porque aí ele não teria as condições necessárias.

Como não concordamos com a proposta da Deputada Irondi de tirar São Pedro, como ela não concorda com a proposta do Miltinho Puppio e do Pessuti, de aprovar o Município de Novo Pirapó com São Pedro e Pirapó, chegamos a um entendimento que quero que os Senhores Deputados acompanhem o nosso raciocínio e que nos ajudem e nos apoiem nessa tese.

Consultamos o TRE sobre a possibilidade, no momento da realização do plebiscito, a consulta feita ser apurada separadamente, ou seja, apurando-se a vontade manifestada nas urnas de São Pedro, apurando-se a vontade manifestada nas urnas de Pirapó, separadamente, e este resultado, não sendo positivo nas duas comunidades, evidentemente que não se criaria o município.

Levamos esta consideração aos moradores de Pirapó, que entendem que terão muitas dificuldades, sim, de conseguir convencer e conquistar o apoio majoritário em São Pedro, mas eles se dispuseram a este desafio e a esta missão de ir de casa em casa, de pessoa a pessoa, para que apoiem Pirapó nesta luta de se transformar em município.

Fizemos essa consulta a dois juizes do TRE do Paraná e eles nos disseram que basta o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, no ofício que encaminhar a resolução que vai aqui ser aprovada hoje, solicitar que o plebiscito seja marcado e que a apuração deste município seja feita separadamente em Pirapó e São Pedro, que o TRE irá analisar isso, entendem eles que isso será possível de ser atendido e desta forma, aquilo que ontem foi dito na C.C.J., o que foi dito neste Plenário diversas vezes de que deveria se dar o direito de manifestar o seu ponto de vista dentro desta perspectiva, dentro desta ótica, estará sendo atendido e o Município de Pirapó estará sendo analisado de forma separada por Pirapó e por São Pedro e a sua criação só acontecerá, caso a vontade majoritária aconteça nas duas comunidades.

Por esta razão e dentro do entendimento que junto com o Deputado Miltinho Puppio fizemos com a Deputada Irondi Pugliesi e já relatamos ao Senhor Presidente Anibal Khury, e já discutimos separadamente com a comunidade de Pirapó e com a comunidade de São Pedro, peço aos Senhores Deputados voto favorável ao projeto de resolução, de autoria dos Deputados Miltinho Puppio e Orlando Pessuti, para que possamos, com a posição do Presidente Anibal Khury inclusive, fazer com que este plebiscito ocorra e que ocorra esta apuração de forma separada, dando-se o direito a Pirapó de tentar a sua emancipação e dando o direito, respeitando-se o direito da comunidade de São Pedro de dizerem no plebiscito - de forma oficial e definitiva - se desejam ou não pertencer ao Município de Novo Pirapó.

Portanto, Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que dê esse encaminhamento também à votação, porque faz parte de um entendimento que fizemos com a Deputada Irondi e que foi, inclusive, uma sugestão de sua pessoa quando ainda ontem à noite conversávamos, e Vossa Excelência dizia:

"- Pessuti, converse com a Irondi, converse com o pessoal de São Pedro, converse com o pessoal de Pirapó, cheguem a um entendimento que é para o bem de todos. Porque caso contrário, teremos dificuldades. Porque existe o seu projeto de resolução pedindo a criação do município, mas também existe um outro projeto da Deputada Irondi.

E, por esta razão, a medida mais sensata, mais inteligente que pode adotar esta Casa, é aprovar sim, o Projeto do Pessuti e do Miltinho Puppio, nº 48/95, e recomendar que este plebiscito dê condições ao pessoal de São Pedro de dizer se querem pertencer ou não ao novo Município de Pirapó.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de conceder a palavra à Deputada Irondi, ouvindo as palavras do Deputado Pessuti, a Mesa, que tem obrigação de orientar os trabalhos no sentido de que se produza melhor a lei, recebeu uma emenda do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que mais ou menos atende ambas as partes:

"Plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, será realizado separadamente para as áreas do Distrito de Pirapó e São Pedro. Não aprovado por qualquer um dos distritos, o mesmo não será incorporado ao novo município".

A Mesa consulta ao Deputado Pessuti se essa emenda esta de acordo. Vamos aguardar o Deputado Pessuti.

A Mesa, antes de receber a emenda, consulta o Plenário se deve recebê-la, porque o projeto está em fase de votação, e o Plenário, neste caso, é soberano para decidir.

Os Senhores Deputados que aprovam o recebimento da emenda, conservem-se como estão.

Aprovada.

Com a palavra a Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comunidade de Município de Apucarana, de Pirapó e da Caixa de São Pedro tomamos a posição de defender essa minoria que não quis fazer parte do Município de Pirapó. E não tomei posição antes porque não tinha conhecimento, passei cerca de um mês na China, naquele Encontro de Mulheres, promovido pela Organização das Nações Unidas.

Foi somente quando cheguei que tomei conhecimento do processo já em votação. Quando os Líderes da Caixa de São Pedro me procuraram, vieram colocar uma justa reivindicação porque todos sabem que os problemas de cada comunidade quem as vive

é o seu morador.

Não moro em Caixa de São Pedro e não moro no Município de Pirapó e não posso dizer a cada uma das comunidades o que é melhor para elas. Eles sabem.

Por isso defendi a minoria, porque de acordo com a nossa Constituição brasileira, todos devem ter direito a vez e a voz e lutei muito para derrubar uma ditadura neste País para que prevalecesse a democracia para que isto pudesse acontecer aqui hoje, para que pudéssemos dialogar, conversar, para que pudéssemos colocar aquilo que todos pensamos, seja maioria ou seja minoria. Por isso estamos conversando desde que foi colocada esta votação e hoje conversando com o Pessuti, o Miltinho Puppio, junto com as Lideranças da comunidade de Pirapó, junto com as Lideranças da comunidade de Caixa de São Pedro, chegamos a esta conclusão de pacificar qualquer tipo de luta que pudesse vir a acontecer, que seria a realização do plebiscito em separado.

Aprova-se a criação do Município de Pirapó e foi como disse o Pessuti, consultado o Tribunal Regional Eleitoral e ele então concluiu que pode ser feita a votação em separado do plebiscito, porque a comunidade de Pirapó precisa da anuência da comunidade de Caixa de São Pedro para se tornar município e aí serão ouvidos alguns Líderes do Município de Pirapó.

Da comunidade de Pirapó diz que tem muita gente em Caixa de São Pedro que quer que seja criado o Município de Pirapó e pertencer ao Município de Pirapó, o que é justo, mas também tem gente de Pirapó que não quer que crie o Município, o que é justo, não sei qual é a quantidade de pessoas que pensam desta forma.

Na verdade fazendo-se um plebiscito em separado, vota-se o município de Pirapó, aí faz-se o plebiscito, urnas em separado no Município de Pirapó, urnas em separado em Caixa de São Pedro, apura-se em separado e aí então a comunidade de Caixa de São Pedro vai dizer se quer ou não quer pertencer ao Município de Pirapó e o resultado todos já sabem: se Caixa de São Pedro disser não o que vai ocorrer é que o Município de Pirapó não se cria e isto todos sabem.

Poderíamos discorrer aqui sobre todos os problemas que se tem para criar um município, porque sabemos que mais de cinco mil municípios brasileiros estão vivendo em penúria. Sabemos que existe uma Emenda para ser apresentada pelo Deputado Jobim para a Constituição Federal para acabar com a criação de municípios de forma como está sendo feita, porque muitos municípios têm condições de sobreviver e muito bem, mas tem município que foi criado e não tem condições de subsistência, vive com difi-

culdade, esta é a grande maioria. E sabe-se que repartir o bolo total para todos os municípios, atuais e os que estão sendo criados, é repartir a miséria porque sabemos das dificuldades que os municípios têm.

O meu município que é tido como um município rico tem grandes dificuldades para pagar a folha de pagamento. Agora vocês imaginem o pequeno município onde não tem renda e o IPTU não pode ser alto porque as pessoas não têm condições de pagar, porque não têm uma indústria, não têm local de trabalho para as pessoas.

Poderia colocar aqui uma série de razões para não se criar municípios, muitas outras, mas o que se questiona aqui agora é a criação ou não do Município de Pirapó, portanto, conclamo aqui aos companheiros presentes que assumimos um acordo com as Lideranças, vamos votar a criação do Município de Pirapó e o plebiscito será feito em separado e votado em separado e cabe ou não à comunidade de Pirapó dizer se quer ou não quer fazer parte do Município de Pirapó, essa opção vai ficar com a minoria, de acordo com a Justiça, de acordo com o que prega o regime democrático da nossa Constituição, que todos têm os seus direitos, direito a falar, votar livremente, essa foi uma conquista do povo brasileiro de ter a sua liberdade.

Então companheiros, acho que ficou claro para todos nós, porque sabemos que a Caixa de São Pedro teve como votantes 764 eleitores na última eleição e que muitos desses nem moram mais na Caixa de São Pedro, moram fora e que muitas certidões também do IBGE ainda são de 91, quando a população era uma e hoje é outra, tudo isso tem que ser avaliado, mas aí vai ficar ao encargo das duas comunidades.

Acredito que desta forma solucionamos um grande problema e que a liberdade ainda prevalece em nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Miltinho Puppio.

O SR. MILTINHO PUPPIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos fazer uma justificativa a respeito desse projeto, o motivo do qual estamos trabalhando junto com o Deputado Pessuti e nós entendemos, vejam bem Senhores Deputados, o motivo até porque somos o autor desse projeto.

Porque logo que nos elegemos Deputado fomos procurados por uma comissão de Pirapó, onde tinha também representantes da Caixa São Pedro, inclusive um Vereador, por isso entendemos que é vontade da maioria emancipar Pirapó e em entendimento com

essa comissão fizemos esse projeto e trouxemos aqui para votação, com parecer favorável da CCJ, aprovado em 1.ª votação e hoje se encontra em 2.ª discussão e votação. Não sabíamos, que Caixa São Pedro iria ser contra esse projeto, porque não nos procuraram, apenas agora, uns trinta dias atrás que ficamos sabendo da insatisfação de Caixa São Pedro não pertencer a Pirapó, por isso, pessoal querido de Caixa São Pedro, com todo o respeito que temos pelos senhores e também pessoal de Pirapó, fizemos juntos esse projeto, mas não sabíamos realmente que Caixa São Pedro não queria pertencer ao Pirapó, mas em discussão até mesmo com o nosso querido Presidente, que considero um professor criador de municípios, Anibal Khury, junto com a Deputada Irondi Pugliesi e com o Deputado Pessuti fizemos um consenso de fazer dois plebiscitos, onde Caixa São Pedro também terá sua vontade, com certeza a vontade daquele povo que lá reside de poder votar ou sim ou não, também da mesma forma Pirapó, outro plebiscito para que o povo possa decidir o destino, por isso Senhores Deputados, nesse entendimento de marcar dois plebiscitos, na Caixa São Pedro e no Pirapó, vamos dando oportunidade para que o povo desses locais tenha oportunidade de decidir.

Por isso, Senhores Deputados, queria pedir que votem conosco nesse projeto e aí no plebiscito Caixa São Pedro decide.

Obrigado Caixa São Pedro, obrigado Pirapó.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Dr. Rosinha, último Deputado para encaminhamento de votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recentemente nós tivemos um ato aqui nesse Plenário aonde tinha inúmeros Prefeitos, e no ato era uma reclamação total de todas as Prefeituras que não tinham dinheiro para pagar nem o 13º salário dos funcionários. Fala-se que mais da metade das Prefeituras do Paraná estão tendo dificuldades para pagar os seus funcionários.

Tivemos analisando o projeto de lei na hora em que esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça ele não tinha a certidão do IBGE para demonstrar qual era a população de ambos os Distritos. Isso veio a ser anexado posteriormente. Então quando o Deputado Pessuti disse que está tramitando dentro do que estabelece a legalidade, a legalidade se deu durante o período de tramitação. Mas a entrada na Casa não tinha essa certidão.

Queremos dizer que vamos votar, nós do PT, vamos votar contra o projeto e favorá-

vel a emenda, caso aprovado o projeto. Porque contra o projeto? Há uma dúvida que deve ser esclarecida. Quando se discute a anexação de um território, de um município para o outro, o plebiscito localizado naquele território tem validade legal. Agora o questionamento que fazemos num projeto de resolução no qual estabelece que dois distritos vão votar em separado, qual será a interpretação da lei maior da lei complementar que estabelece a criação de municípios. Isso não está respondido, se a lei complementar entender o território geográfico de Pirapó e São Pedro como território único aí mesmo que São Pedro não queira a justiça provavelmente decidirá contrário.

Então são questionamentos que têm que se fazer. Devido a esse questionamento, a essa dúvida, nos colocamos contrários a criação do município e votaremos na emenda que é uma esperança da população decidir aí se deseja ser anexada ou não, então esse questionamento é que se coloca a Banca do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. **Aprovado.**

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente. Com voto contrário do Dr. Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anotado. Em votação a Emenda n° 01. **Aprovada.**

Em votação Emenda n° 02. Presidente lê Emenda. **Aprovada a Emenda o Projeto irá a 3ª Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente eu gostaria de pedir a Vossa Excelência qual é a posição da Presidência da Casa quanto ao Regime de Urgência daquele Projeto do Deputado Duílio e do Deputado Nereu a qual os Líderes do PTB, PDT, PT e do PSDB entraram com a Emenda e foi aprovado na CCJ. Acredito Srs. Deputados que se fosse possível ser colocado na 2ª feira para que nós pudessemos discutir a questão desse Projeto tão importante na decisão de criação de Municípios, seria um momento de glória dessa Assembléia Legislativa. Por isso que eu gostaria Sr. Presidente, se fosse possível de o Sr. colocar a posição da Presidência dessa Casa da possibilidade de colocar e requeiro a mesmo tempo para que se coloque esse Projeto na 2ª feira em votação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Queria comunicar a Casa que nesta data, na data de hoje apresentei um Projeto de Lei Complementar que trata justamente de alteração da Lei Complementar da Lei n° 56, que é da criação de novos Municípios. E

essa Lei na verdade ela de forma muito clara e objetiva contribui para o projeto que Vossa Excelência quer que seja colocado na pauta, porque na verdade, esse Projeto de Lei quer suspender a criação de novos municípios até o dia 31.12.98, ressaltados aqueles projetos que já se encontram junto ao TRE e em segundo lugar, estabelece critérios como esses que hoje votamos aqui, para que os plebiscitos sejam realizados de forma separada e sempre com quórum mínimo de 50%.

Então antes de colocar este projeto na pauta de segunda-feira, eu queria que Vossa Excelência pudesse, ou melhor, que esse projeto pudesse ser analisado pela CCJ para que, se for o caso até, anexado ou transformado em emenda para que possamos discutí-lo conjuntamente. Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria que o meu requerimento não tivesse a interferência do projeto do Deputado Romanelli. Que o projeto do Deputado Romanelli tivesse encaminhamento legal dentro desta Casa, porque a posição do Deputado Romanelli, mudou radicalmente. O Deputado Romanelli foi o mesmo co-autor do projeto que entrou nessa Casa, o qual apresentamos emenda, que ele diminuía de 5.000 para 3.000 habitantes para a criação dos municípios e nós, além disso, no nosso projeto, na nossa emenda, nós acrescentamos alguns requisitos importantes para a regulamentação na criação de municípios.

Gostaria que fosse respeitado o regime de urgência deste projeto e que o projeto do Deputado Romanelli desse o encaminhamento como teve o encaminhamento da nossa emenda e do Projeto do Deputado Duílio Genari.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passo a decidir a questão de ordem do Deputado Rossoni.

O Projeto está em regime de urgência. Vai figurar na pauta a partir de amanhã, sendo votado por três sessões.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do vereador Luiz Carimata, da região do Médio Parapanema.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, esta Casa sabe do meu posicionamento. Sou contra a criação de municípios, quase que de maneira genérica na forma como está colocada a Lei 56. Infelizmente sempre os meus votos são vencidos, mas o meu posicionamento é contrário aos dispositivos desta lei vigente que não diz nada. Só fala em 5.000 habitantes e já votamos aqui mais de 30 municípios que não têm 5.000 habitantes na vigência da lei

56, mas para sugerir e até solicitar ao Deputado Romanelli que ele tem uma ótima oportunidade para emprestar a esta Casa uma grande e oportuna colaboração, na apreciação da emenda já aprovada na Comissão de Justiça ao Projeto do Deputado Genari e outros Deputados, apresentados pelo Deputado Rossoni e pelas lideranças de 2 ou 3 partidos, inclusive o do Nelson Justus que subscreve a emenda.

Então, Deputado Vossa Excelência terá na segunda feira uma ótima oportunidade de melhorar, contribuir. O que nós não podemos é votar. Vamos parar de votar essa coisa aí da forma em que está e como dispõe a Lei 56.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa faz uma pequena retificação. O Projeto de Lei 275/95 que está em regime de urgência, eu tinha marcado que ele ficaria na pauta durante três Sessões, mas já figurou na pauta. Ele será discutido e votado na Sessão de terça-feira.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Nós ouvimos atentamente a manifestação do Deputado Orlando Pessuti, do Deputado Miltinho e de todos os Deputados que encaminharam a resolução que autoriza a criação do município de Pirapó.

Ficamos com uma pequena dúvida, Senhor Presidente. Pela ordem, parece que a legislação que nós temos hoje vigente no Estado e no País, nós temos a Constituição, temos a Lei Complementar, as Leis Ordinárias, aí nós temos os Decretos, temos Portarias e antes disso, temos a Resolução. Nós sabemos que a Lei Complementar ela é uma Lei maior do que a Resolução. Só gostaria que ficasse bem claro aqui, na Assembleia Legislativa, para que fosse preservado o direito da minoria. Nós temos o Distrito de Pirapó e nós temos o Distrito de São Pedro. Não conheço essa comunidade. E o entendimento que foi feito com a Deputada Irondi, com o Deputado Orlando Pessuti, com o Deputado Miltinho, de fazer a realização do plebiscito nos dois distritos.

E a Lei Complementar 56 diz o seguinte: tem que ser ouvida a área a se desmembrar e o plebiscito só terá validade desde que compareça a maioria absoluta. E desta maioria absoluta a maioria simples tem que dizer sim. Se Pirapó fizer o plebiscito e a maioria compareça e a maioria diz sim. E o Distrito de São Pedro compareça, também, a maioria absoluta, e a maioria simples vai dizer não. Pelo entendimento feito aqui, na Assembleia, automaticamente não se instalaria o novo município de Pirapó.

Mas pode existir alguém que venha arguir a Constitucionalidade da Legislação.

E a Lei Complementar é maior que a Resolução e aí que nós, da Assembleia Legislativa, teremos que assumir um compromisso público, também, que caso alguém venha entrar na Justiça, não respeitando a decisão do acordo feito na Assembleia e não concordando com a vontade de São Pedro, que nós entramos imediatamente com uma nova lei, revogando a realização do plebiscito do município de Pirapó.

Esse entendimento e essa questão eu gostaria que ficasse clara e patente, registrada nos Anais dessa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebe como sugestão de Vossa Excelência e São Pedro é quem manda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente queria agradecer à Presidência e aos demais que compõem a Mesa da Assembleia, pela maneira como conduziram esta sessão de forma que pudéssemos, sob orientação de V.Exa. Deputado Anibal Khury, chegarmos a esse entendimento. Onde a Assembleia Legislativa, pela sua maioria, com apenas os votos contrários da Bancada do PT, aprovou a realização de plebiscito para a criação do município de Novo Pirapó. E aprovou, também, dentro daquilo que foi comandado por V.Exa.. A possibilidade de que o resultado desse plebiscito seja apurado separadamente para que Caixa de São Pedro manifeste a sua posição, para que Pirapó manifeste a sua posição. Para que o Novo Pirapó possa, enfim, ser ou não transformado em município.

Por esta razão em meu nome, em nome do Deputado Miltinho Puppio e tenho certeza em nome de outros parlamentares que conosco somavam nesta idéia, agradeço a V.Exa. e agradeço aos Deputados, desta Casa, que somaram-se conosco nesse entendimento maior que fizemos. E a vitória, com certeza, é das comunidades de São Pedro, de Pirapó e é do futuro município de Novo Pirapó que teve o seu plebiscito autorizado no dia de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença do Vereador Valdecir da Silva de Dois Vizinhos, de Luciano Santos, Luiz Fernando Silva, Aírton Bassi e Altamir Constantino.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Queria cumprimentar V.Exa. juntamente com o Deputado Pessuti que, sabiamente, encontraram uma solução para este impasse. Mas queria deixar registrado, nesta Casa, a minha preocupação também, a exemplo do que o Deputado Élio Lino Rusch acabou de colocar, pelo fato de ser membro da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que hoje abrimos uma exceção. Hoje passamos

por cima daquilo que determina a lei. Como a emenda, tanto é que eu era contrário a emenda do Deputado Romanelli, o entendimento seria muito mais prático, já estava estabelecido o entendimento, com o apoio de fato do Tribunal Regional Eleitoral, onde vai acontecer, felizmente, o plebiscito paralelamente nos dois Distritos, porém no momento que aprovamos a emenda pulamos evidentemente a lei. O projeto teria que voltar à CCJ, a meu ver, é claro, e depois votarmos.

Porém, achei que uma saída honrosa, uma saída sábia e cria-se, a partir de hoje, um precedente, abrimos um precedente e forma-se uma Jurisprudência. E é bom que isto aconteça, que aconteceu nesta tarde, porque a emenda, a Lei 56, as emendas e a reforma que está se procedendo nesta Casa, este assunto desta tarde com certeza vai fazer parte nos projetos de lei que estão tramitando aí regulamentando a criação de novos municípios.

Desta feita, mais uma vez, os meus cumprimentos a V.Exa. por achar uma saída sábia para este impasse.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Plenário decidiu soberanamente e por isso mesmo é perfeitamente legal e constitucional a votação da emenda que estipula, que estabelece separadamente a votação dos dois Distritos para o plebiscito.

O SR. EDGARD BUENO (Pela Ordem) - Gostaria de lembrar aos Senhores Deputados que a partir das 16 horas nós teremos aqui uma Sessão Extraordinária. Gostaria de agradecer a televisão Tarobá, de Cascavel, que transmite para Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel e toda a região Oeste do Paraná, ao vivo esta sessão e a próxima, e gostaria também de lembrar em nome do homenageado, Pedro Mufatto, que ele está

oferecendo a todos os Deputados um jantar no Restaurante Madalosso.

Também como quero agradecer a presença aqui dos empresários, Nelson Albiero e José I. Pereira, que nos honram com sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro a votação e discussão dos requerimentos para a sessão de amanhã.

O SR. LUIZ ACCORSI (Pela Ordem) - Queria avisar aos amigos Deputados a presença do Secretário de Saúde hoje aqui na Assembleia, na Comissão de Saúde, às 5 horas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra da a sessão, com aprovação do requerimento de dispensa de redação final para os projetos aprovados sem emenda.

Sobre a mesa requerimento nº 3062, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/95.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 080 e 108/95 e do Projeto de Resolução nº 048/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 274 e 372/95.

Levanta-se a sessão.